



REVISTA

**PENSAR**  
Geografia



ISSN: 2527-0040

DOI: 10.26704/rpgeo

## REFLEXÕES SOBRE A ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A AGB POTIGUAR

Yaponi Rodrigues Galvão<sup>1</sup>;

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Geografia - CERES/UFRN - Endereço profissional: Rua Joaquim Gregorio, S/N, Penedo, Caicó/RN, CEP 59300-000  
Email iapony.galvao@ufrn.br

Artigo recebido em 10/09/2021 e aceito em 27/10/2021

### RESUMO

O contexto de institucionalização da ciência geográfica brasileira possuiu a década de 1930 como um grande ponto de inflexão, com a criação dos primeiros cursos de Geografia no Brasil no referido período, em São Paulo e no Rio de Janeiro, a partir do ingresso de profissionais estrangeiros atuantes na ciência geográfica, em especial os franceses, conduziram, apesar de um viés inicialmente tradicional e distante da realidade, a possibilidade de produzir uma Geografia efetivamente brasileira. Com a constituição da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, também nos anos 1930, há a consolidação deste evento, num processo de congregação da comunidade científica geográfica no Brasil. Esse processo se torna mais difundido com as mudanças na Geografia brasileira e na AGB após 1978, advindos da ascensão do movimento crítico, com a maior difusão e pluralidade do pensamento geográfico brasileiro, representada pelas diferentes Seções locais, como as potiguares, as quais contribuíram para o aprofundamento das discussões geográficas no Rio Grande do Norte e no Brasil. Deste modo, como será visto no presente artigo, ao discutir e refletir sobre a formação do pensamento geográfico brasileiro, torna-se evidente que a Associação dos Geógrafos Brasileiros possuiu relevante papel para a consolidação do pensamento geográfico potiguar e brasileiro, pois correspondeu a um importante espaço de representatividade e aprofundamento dos diferentes conhecimentos que edificaram a Geografia brasileira.

Palavras-Chave: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Rio Grande do Norte, Geografia.

### ABSTRACT

The context of institutionalization of Brazilian geographical science had the 1930s as a major turning point, with the creation of the first Geography courses in Brazil in that period, in São Paulo and Rio de Janeiro, with the entry of foreign professionals working in geographical science, especially the French, led, despite an initially traditional bias and far from reality, the possibility of producing an effectively Brazilian Geography. With the constitution of the Association of Brazilian Geographers – AGB, also in the 1930s, this event was consolidated, in a process of bringing together the geographic scientific community in Brazil. This process becomes more widespread with the changes in Brazilian Geography and AGB after 1978, arising from the rise of the critical movement, with greater diffusion and plurality of Brazilian geographic thought, represented by different local Sections, such as Potiguares, which contributed to the deepening of geographic discussions in Rio Grande do Norte and Brazil. In this way, as will be seen in this article, when discussing and reflecting on the formation of Brazilian geographical thought, it becomes evident that the Association of Brazilian Geographers had an important role in the consolidation of Potiguar and Brazilian geographical thought, as it corresponded to an important space for representation and deepening of the different knowledge that built Brazilian Geography.

Key words: Association of Brazilian Geographers, Rio Grande do Norte, Geography.

## **1. A formação da Geografia acadêmica Brasileira: alguns apontamentos iniciais**

No início do Século XX, o Brasil vivenciava a consolidação da República e o crescimento do quadro urbano, a partir da constituição de um quadro industrial, inicialmente baseado na substituição de importações. No entanto a crise de 1929 e a ascensão de Getúlio Vargas após os movimentos de 1930, modificaram profundamente o quadro social e espacial brasileiro.

Neste contexto, também há mudanças no quadro educacional brasileiro, com a ampliação das instituições de Ensino Superior, dada as necessidades proeminentes da elite econômica brasileira de uma formação mais aprofundada para as mesmas. E este movimento levou, dentre as diferentes mudanças, a institucionalização da ciência geográfica brasileira, que possuiu a década de 1930 como um grande ponto de inflexão “numa expressão do fenômeno da história social da geografia no Brasil”. (ANTUNES, 2008, p.32).

Desta maneira, cabe destacar a criação dos cursos de Geografia no Brasil na referida década do século XX, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro a partir do ingresso de profissionais estrangeiros atuantes na ciência geográfica, em especial os franceses, numa influência constituída através das missões acadêmicas que chegaram ao Brasil no período supracitado.

Assim, todo este movimento conduziu a uma possibilidade de produzir e pensar a Geografia no e para o Brasil, apesar de um viés tradicional e distante da realidade espacial brasileira. E com a criação das faculdades de filosofia, onde o ensino geográfico em grau superior passou a ser professado e orientado com o sentido da pesquisa, teve decisiva influência na qualidade dos trabalhos geográficos, posteriormente levados a efeito no país (ANTUNES, 2008).

Logo, essa constituição institucional da ciência geográfica, a partir dos primeiros cursos de Geografia na Universidade de São Paulo - USP, em 1934, da então Universidade do Distrito Federal, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, em 1935, da

Universidade Federal do Paraná – UFPR, em 1937, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1938, possibilitou o efetivo desenvolvimento à mesma, uma vez que foi possível formar geógrafos e docentes de Geografia para a atuação na educação básica, no ensino superior e mesmo nos organismos de atuação espacial brasileiro, como o já citado IBGE (NETO E ANTUNES, 2008).

Nesta efervescência do pensamento geográfico brasileiro, há a necessidade da constituição de um organismo associativo que pudesse congrega a comunidade científica geográfica no Brasil, afim de contribuir no entendimento das transformações ocorridas na sociedade.

Deste modo, como será visto a seguir, há o surgimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, correspondendo a um importante espaço de representatividade e aprofundamento dos diferentes conhecimentos que edificavam a Geografia brasileira.

## **2. A formação inicial da AGB e a constituição do pensamento científico geográfico brasileiro**

A Associação dos Geógrafos Brasileiros surge, conforme destacado anteriormente, no contexto de institucionalização da ciência geográfica brasileira. Desta forma, a AGB, foi fundada em São Paulo em 17 de setembro de 1934, apenas alguns meses após a constituição do primeiro curso superior de Geografia brasileiro, sendo, assim, a primeira entidade voltada para uma Geografia científica, crescendo fortemente vinculada à USP - Universidade de São Paulo (NETO E ANTUNES, 2008).

Seus fundadores foram Pierre Deffontaines; geólogo e professor da Escola Politécnica da USP, Luís Flores de Moraes Rego; historiador e Diretor da Biblioteca Municipal paulistana, Rubens Borba de Moraes e o advogado e estudante do curso de História e Geografia, Caio Prado Junior (ANTUNES, 2008).

A AGB, a partir de descrição realizada pelo professor Deffontaines (1949 apud ANTUNES, 2008, p.46), destaca que a referida instituição “foi fundada em redor da cadeira de Geografia da Universidade de São Paulo, e que reúne estudiosos e amadores da Geografia, animados da mesma paixão de descobertas e compreensão do seu país”.

Assim, a criação da Associação de Geógrafos Brasileiros, em São Paulo, possuía uma abrangência que ultrapassava os limites institucionais universitários, conduzindo intenções de consolidação do pensamento da elite paulista então dominante na década de 1930, e o entrosamento da Associação com o projeto político-econômico do Estado (ANTUNES, 2008).

Deste modo, a Geografia e suas organizações classistas, como a AGB, tiveram um papel importante na execução do projeto de modernização e progresso imposto pela burguesia dominante de então, e em especial do Estado de São Paulo, se apresentando como um saber com potencialidade para dar legitimidade ao processo de valorização territorial e do desenvolvimento regional pela elite dominante paulista (SPÓSITO, 1983).

Aprofundando a discussão sobre a constituição da AGB, deve-se ressaltar acerca de uma estreita relação entre a institucionalização dos cursos superiores de Geografia da USP, UFRJ e UFPR com a criação dos então denominados núcleos e seções regionais da AGB, com a Associação dos Geógrafos Brasileiros se tornando lugares de articulação de interessados na ciência geográfica nas cidades de São Paulo, Curitiba, Amparo (SP) e Rio de Janeiro.

E assim, a partir da institucionalização da Geografia Brasileira, com a respectiva edificação de uma Associação que congregasse os interesses geográficos a partir de uma visão inicialmente elitista, também há a necessidade da constituição de um pensamento científico que consolidasse este ideal.

Cabe ressaltar a afirmação de Antunes (2008, p.96), acerca das publicações científicas pioneiras:

No Brasil, o surgimento de uma divulgação científica própria

relaciona-se com a produção científica no país, evidenciando uma mobilização e interesse da comunidade científica em divulgar suas atividades. Em parte, a ação de divulgar ciência insere-se nas discussões internas à comunidade científica sobre seu papel social e político, tornando-se um instrumento junto ao público de legitimidade do papel da ciência e do cientista.

Desta forma, a AGB possui um grande pioneirismo para a divulgação científica brasileira, sendo responsável pelas primeiras revistas geográficas acadêmicas e boletins, destacando-se a revista “Geografia”, em 1935, cerca de um ano após a sua própria fundação, se tornando, assim, um dos principais órgãos de divulgação científica da Geografia brasileira.

Após a descontinuidade da referida revista, em 1936, surge, no início dos anos 1940, mais precisamente em 1941, o Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, o qual possuiu uma continuidade de publicações até o final de 1944, quando a AGB passa por sua primeira grande modificação institucional, com a criação das Assembleias Gerais Ordinárias, ocorridas anualmente, e a respectiva publicação contínua das discussões geográficas destas assembleias, denominadas Anais da AGB, a partir de 1945, com estas publicações sendo realizadas sem interrupções até a nova modificação estatutária, em 1969 (NETO E ANTUNES, 2008).

Com a difusão das Seções regionais da AGB, também vão surgindo os boletins regionais, como o Boletim Carioca de Geografia, surgido inicialmente em 1948, e, em definitivo, em 1949; o Boletim Paulista de Geografia, em 1949; o Boletim Mineiro de Geografia, em 1957; o Boletim Paranaense de Geografia, em 1960; e o Boletim Baiano de Geografia, também em 1960, ampliando, assim, a disseminação do pensamento geográfico no Brasil (ANTUNES, 2008).

Essa expansão das publicações científicas possui relação com a expansão da Geografia brasileira, em especial após a década de 1950, quando cursos de graduação

são abertos nas capitais de boa parte dos estados brasileiros.

Desta forma, a ciência geográfica se transforma, a partir de um movimento de grande diversidade, oriunda da vastidão de combinações sociais e espaciais brasileiras.

Entretanto, essas transformações e construções ficaram muito concentradas nos profissionais universitários, não abrindo espaços para estudantes e docentes da Educação básica, os quais se tornavam cada vez mais numerosos, dada a expansão dos cursos de graduação pelo espaço brasileiro.

Assim, neste contexto, a Geografia brasileira sofreria uma transformação profunda em sua estrutura no Ensino Superior a partir do final dos anos 1970, possuindo a AGB como importante base para este movimento, conforme será mais bem discutido a seguir

### **3. Os anos 1970 e a transformação crítica da AGB**

Como visto anteriormente, a história da Associação dos Geógrafos Brasileiros possui, desde o início de sua história, estreita relação com a estruturas formais de aprendizagem das Escolas e Universidades, influenciando fortemente estudantes e profissionais da Geografia brasileira.

E esse processo se tornou ainda mais decisivo após o Golpe Militar de 1964, quando as instituições e profissionais geográficas passaram por um processo de maior vigilância pelo Estado brasileiro, uma vez que os estudos geográficos, por possuírem um papel relevante para a compreensão territorial brasileira, não poderiam transcorrer caminhos que pudessem desagradar o Estado brasileiro, dificultando, portanto, estudos mais críticos sobre o país.

E estes estudos mais críticos ganhavam cada vez mais força nas instituições universitárias brasileiras, as quais buscavam reagir as restrições impostas pelo regime estatal ditatorial brasileiro de então.

Além desta busca de mudanças nas instituições de ensino superior, também haviam reações e resistências as intervenções estatais de então na Educação básica, pois nesses lugares buscaram uma educação além das fronteiras dos muros institucionais.

Desta maneira, a AGB também sentiu profundamente a busca de estruturação e projeto político o movimento de transformação e renovação em curso a partir do final dos anos da década de 1970, ampliando, nos Encontros e Congressos Geográficos, ampliação da discussão dos fundamentos da Geografia e seu papel na sociedade, no ensino e em outras instituições sociais.

Conforme afirma Cavalcanti (1998) “a ampliação de espaço para temas referentes ao questionamento dos fundamentos da Geografia faz parte e um projeto explícito da AGB, que vivenciava também alterações no seu próprio significado e funcionamento”.

Deste modo, a década de 1970, na ciência Geográfica, caracteriza-se por um profundo movimento de Renovação, onde, segundo Antunes (2008), para o entendimento deste processo, destaca-se, inicialmente, a forma e o processo da mesma, com o ano de 1978 sendo a referência emblemática, num processo epistemológico e política, pois a Geografia, na busca de uma compreensão crítica da realidade brasileira, deveria lutar por uma nova sociedade.

Assim, o geógrafo Ruy Moreira (1980, p.24), atesta que:

A busca de uma Geografia crítica e atuante deve confundir-se com as lutas sociais voltadas para a transformação da sociedade. Deve ser orgânica desses movimentos sociais, ao mesmo tempo produto e instrumento deles. O encontro de uma ‘Geografia Nova’ só pode vir da luta por um espaço novo numa sociedade nova.

A utilização de expressões como “Geografia Crítica” e ‘Geografia Nova’ consolidavam um processo de busca, por parte da ciência Geográfica, de uma compreensão ampla e ativa das contradições espaciais, tanto no ponto de vista global, com a ascensão do movimento crítico na Geografia Européia, em especial na França, a partir do início dos anos 1970, como no Brasil, onde a Geografia brasileira foi influenciada por esta renovação francesa, a partir da segunda metade dos anos 1970.

E este movimento crítico também influenciava a AGB, a qual, no ano de 1970, houve uma importante reforma estatutária realizada nesse ano, a qual conduziu para a realização, a partir de 1972, dos Encontros Nacionais de Geógrafos, modificando, assim, o formato das Reuniões realizadas pela organização até então, em formatos de Assembleias Gerais Ordinárias (ANTUNES, 2008).

Além disso, as publicações alusivas aos Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros mudaram de forma e passaram a corresponder, a partir de 1972, a publicação do Encontro Nacional de Geógrafos, contendo, além de artigos científicos, acerca das informações e decisões da assembleia que ocorria em seu interior.

E essa mudança na AGB atinge o ápice no III Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Fortaleza/CE, no ano de 1978, onde há a consolidação do movimento crítico da Geografia no contexto brasileiro, a partir do rompimento com a estrutura e a respectiva ascensão da geografia crítica, baseada consideravelmente no movimento marxista, do materialismo histórico-dialético, solidificando o movimento iniciado na Geografia Francesa no início dos anos 1970 (ANDRADE, 1987).

Assim, esse movimento, que se estruturou na Geografia brasileira no final dos anos 1970 e avançou pela década de 1980, caracterizou-se por um forte conteúdo ideológico e luta pela abertura política do país. E no contexto geográfico, haviam lutas em 3 espaços: na universidade, na AGB e na “geografia oficial”, em organismos como o IBGE.

Mas foi a AGB àquela que, mais rápida e profundamente sentiu, em sua estruturação e projeto político, o movimento de transformação/renovação em curso na Geografia após o final dos anos 1970, com a democratização da AGB, que se agitava desde o início da década supracitada, e que culminou em 1978, no III Encontro Nacional de Geógrafos, com a permissão da entrada dos estudantes e professores do então 1º e 2º graus (ANTUNES, 2008).

Desta maneira, o ano de 1978 se tornou, no contexto temporal da Geografia brasileira, uma referência emblemática, numa

renovação, ao mesmo tempo epistemológica e política, pois as críticas e as insatisfações a estrutura da Geografia até então existente nas instituições universitárias, na “geografia oficial” e, particularmente, na AGB, acabaram por gerar a ruptura para a produção de uma Geografia, que conduzisse a um projeto que levasse em conta efetivamente os anseios e a realidade da sociedade brasileira.

Apesar deste contexto de mudanças na geografia brasileira também envolver mudanças simbolizadas por relevantes obras produzidas por acadêmicos, como a publicação de “Por uma Geografia Nova”, de Milton Santos, lançado no emblemático ano de 1978, a Geografia não teve nos acadêmicos os únicos atores da transformação científica, uma vez que os alunos das graduações em Geografia e os professores da Educação básica também foram importantes agentes de transformação do pensar e do produzir sem a direção exclusiva da Academia, como ficou evidente com a participação ativa dos mesmos no III ENG (NETO E ANTUNES, 2008).

Deste modo, o III Encontro Nacional de Geógrafos, ocorrido em terras Nordestinas e Fortalezenses, no ano de 1978, expressou um processo que já vinha tomando corpo na geografia por uma compreensão efetivamente crítica sobre as contradições da sociedade brasileira, associada a uma busca pela garantia dos direitos democráticos, tão necessários numa época em que o país estava dominado por um regime autoritário.

E a partir destas proeminentes necessidades nacionais, a Geografia brasileira e a AGB necessitavam de modificações e experiências não apenas advindas dos profissionais atuantes na “geografia oficial” ou na academia, mas também dos diferentes lugares e pessoas do Brasil, dentro de uma perspectiva crítica (SANTOS, 2008).

Logo, as profundas mudanças ocorridas após as discussões do III Encontro Nacional dos Geógrafos, conduziu a alterações estruturais na até então constituição administrativa existente da AGB, concentrada em Seções Regionais, as quais não tratavam com profundidade as nuances e anseios dos lugares, e não conseguia responder esta realidade nacional tão diversificada.

Desta forma, o III ENG também marcava a gênese da criação das seções locais, a partir das mudanças no estatuto da AGB, como pode ser representada pela constituição da Seção local potiguar em Natal, a qual será mais bem visualizada a seguir.

#### **4. O pós-anos 1980 na AGB e o surgimento das seções locais potiguares**

As notáveis e profundas mudanças na estrutura administrativa da Associação dos Geógrafos Brasileiros a partir de 1978, trouxeram consequências na organização regional e local da AGB, uma vez que as então Seções regionais da AGB são delimitadas espacialmente em unidades administrativas mais ligadas aos anseios dos lugares, a partir da maior participação de professores da Educação básica e estudantes, surgindo, assim, as Seções Locais.

Desta forma, a futura Seção Local da AGB Presidente Prudente possuiu um papel decisivo, uma vez que a Professora Dra. Beatriz Maria Soares Pontes, vinculada à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP, a qual, anos mais tarde, se tornaria grande liderança na Seção Local de Natal – RN, foi uma das grandes lideranças no processo de consolidação da criação das Seções Locais, as quais, anteriormente, eram regionais, consolidando, no ano de 1979, o novo projeto de estatuto, o qual possuiu a gênese da discussão sobre a referida normatização ainda em 1978, durante o III ENG, permitindo, assim, que estudantes e professores da educação básica participassem da AGB e da gestão do organismo geográfico (NETO E ANTUNES, 2008).

Esse processo de constituição das Seções Locais, conduziu a profundas mudanças e uma respectiva autonomia na organização da AGB no espaço potiguar, uma vez que a Associação dos Geógrafos Brasileiros no estado do Rio Grande do Norte, possuía, desde 1958, uma ligação direta com a Seção regional Recife, a primeira do Nordeste brasileiro, criada no ano de 1954, possuindo Manuel Correia de Andrade como um dos primeiros membros da diretoria (SPÓSITO, 1983; ANTUNES, 2008).

Apesar da criação da Seção Regional Recifense, com o aval da Direção Nacional da AGB, a instalação solene, entretanto, só ocorreu na 10ª Assembleia Geral Ordinária da AGB, realizada na cidade pernambucana de Garanhuns (1957), a partir de discurso de boas vindas do professor Aroldo de Azevedo, então membro da Diretoria nacional da AGB, momentos antes de pronunciar o discurso oficial de inauguração da Assembleia (ANTUNES, 2008).

E neste mesmo ano de 1957, enquanto ocorriam estas relevantes mudanças na Geografia Pernambucana, a ciência geográfica potiguar caminhava para o respectivo processo de institucionalização acadêmica, com a fundação do curso de Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, possuindo, como docentes, relevantes personalidades, como Câmara Cascudo, Luiz Maranhão, Antônio Campos e Silva, Severino de Oliveira, os quais se associaram à AGB ainda em 1957 e participaram dos eventos nacionais da entidade, como a referida 10ª Assembleia Geral Ordinária da AGB (ANTUNES, 2008).

Desta forma, os acadêmicos da UFRN, após ratificarem o vínculo a Seção Regional Recife, instituíram, em 1958, o Núcleo municipal de Natal, subordinado à Seção Regional Recifense. A partir da institucionalização da ciência geográfica, com a constituição do curso de graduação em Geografia na UFRN e a vinculação com a Seção Regional de Recife, foram desenvolvidas as primeiras pesquisas sobre o Rio Grande do Norte.

Estas pesquisas, realizadas por acadêmicos da UFRN e de outras instituições de ensino superior brasileiras, foram importantes para a compreensão de diversos aspectos espaciais do Rio Grande do Norte, como a pesquisa pioneira alusiva a fisionomia do "habitat" rural no baixo Ceará-Mirim – RN, realizada por Mário Lacerda de Melo, apresentada na 12ª Assembleia Geral Ordinária, em 1957 (ANTUNES, 2008).

E a realização da 15ª Assembleia Geral Ordinária, na cidade de Mossoró - RN, no período de 6 a 16 de julho de 1960, no Auditório do Colégio Diocesano Santa Luzia, foi um grande marco para a consolidação

acadêmica da Geografia Potiguar, ao apresentar as diferentes pesquisas desenvolvidas pelos geógrafos potiguares.

No referido evento, houveram relevantes discussões, destacando-se a seção principal, alusiva aos “Aspectos geográficos do problema agrário do Nordeste e do Brasil”, presidido pelo professor Manuel Correia de Andrade. Também estiveram em Mossoró os professores Orlando Valverde, Michel Rochefort, Bertha K. Becker, Milton Santos, Humberto Carneiro, Norma Ramos de Freitas, Ana Dias de Carvalho, dentre outros (ANTUNES, 2008).

E sobre as pesquisas diretamente ligadas aos aspectos geográficos potiguares, durante a Assembleia Geral Ordinária acima citada, o professor Dárdano de Andrade Lima apresentou a pesquisa referente à fitogeografia de Mossoró, Grossos e Areia Branca – RN.

Além disso, foram apresentadas as pesquisas “Uma nova denominação para a região semiárida do Nordeste”, de Tertius Rosado Maia e João Batista Cascudo Rodrigues e a pesquisa “pela rápida aplicação da lei de irrigação no Nordeste: prioridade para a perenização do rio Açu”, de Luiz Maranhão e Severino de Oliveira.

Também se destacam, no referido evento acima exposto, as pesquisas de Antônio Campos e Silva, alusiva à presença japonesa na comunidade de Pium, em Parnamirim, e da Professora Fluminense Bertha Becker, acerca do significado do núcleo colonial do Pium para o aproveitamento dos vales do Rio situado na referida comunidade (ANTUNES, 2008).

Sobre outras pesquisas realizadas nesta época, destaca-se, em 1961, durante a 16ª Assembleia Geral Ordinária, mais pesquisas de Geógrafos oriundos de outros estados, como “Geografia Econômica do Nordeste Potiguar”, realizada pelos docentes Orlando Valverde, Myriam Guimar, Gomes Coelho Mesquita e Léa Scheinvar; “Aspectos da pesca em Natal”, de Antônio Campos e Silva. E no ano de 1962, na 17ª Assembleia Geral Ordinária, destaca-se a pesquisa de Antônio Campos e Silva, intitulada “Geomorfologia da região de Natal”.

Essas pesquisas, associadas a outras realizadas posteriormente, consolidaram o pensamento geográfico potiguar, muito embora, como destacado anteriormente, os

acadêmicos em Geografia do Rio Grande do Norte não possuíam autonomia administrativa plena, uma vez que o então Núcleo municipal de Natal foi vinculada à Seção regional recifense por mais de duas décadas.

Tal contexto passou a ser modificado, conforme destacado anteriormente, a partir de 1979, com a possibilidade de abertura de uma Seção Local potiguar, a qual efetivamente ocorreu nos anos seguintes, com a abertura, durante os anos 1980, das Seções Locais de Natal, formada por docentes, discentes da UFRN e da educação básica, além da Seção local de Mossoró, formada por professores, alunos da então Universidade Regional do Rio Grande do Norte – URRN, atual Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, e egressos atuantes no mercado de trabalho, advindos da referida instituição (ANTUNES, 2008), a qual não possuiu uma longa duração.

A constituição de Seções locais no Rio Grande do Norte, consolidavam as efetivas discussões geográficas potiguares, tornando concretas as ações da AGB no estado potiguar, com suas diversas formas de intervenção na sociedade, com as discussões se fortalecendo ainda mais nos anos 1990, quando a Professora Dra. Beatriz Pontes, a qual estava envolvida, em 1979, nas lutas alusivas à autonomia das Seções locais, após as mudanças estatutárias, assume a Direção da AGB Seção Local Natal, em 1993, permanecendo na função por 15 anos, até o ano de 2008 (ENTREVISTA COM PROFESSORA BEATRIZ SOARES PONTES, GEOPET NOTÍCIAS, 2008).

No entanto, a aposentadoria da Professora Beatriz Pontes, em 2008, após a ocorrência do XV Encontro Nacional de Geógrafos, na Universidade de São Paulo – USP, levou a profundas e abruptas mudanças na Seção local de Natal.

Essas mudanças foram associadas a descontinuidade de profissionais relacionados à Geografia que possuísse envolvimento e interesse em gerir a AGB, levando a uma inédita descontinuidade da presença de uma Seção ou Núcleo local da Associação dos Geógrafos Brasileiros no Rio Grande do Norte em 2008, exatamente 50 anos após a fundação do Núcleo municipal de Natal, ocorrido em 1958.

E este hiato da presença local da AGB no Rio Grande do Norte perdurou até o ano de 2018, quando, durante a realização do XIX ENG, em João Pessoa/PB, em julho do referido ano, há o renascimento da presença da AGB no espaço Potiguar, a partir da abertura da AGB Seção Local Caicó – RN, a qual agruparia alunos, professores do Centro de Ensino Superior do Seridó, unidade acadêmica vinculada à UFRN, e egressos que atuavam no mercado de trabalho em Caicó, na Região intermediária de Caicó, também conhecida historicamente como Seridó potiguar, e também de outros lugares do espaço potiguar.

A constituição da Seção local caicoense foi estimulada, assim, pela necessidade da criação de uma efetiva organização geográfica que atendesse efetivamente aos anseios da Geografia realizada em Caicó e mesmo no Rio Grande do Norte, uma vez que, após a descontinuidade da Seção local natalense, em 2008, os profissionais em Geografia tiveram que procurar outras seções locais, como a de Fortaleza/CE, para realizarem a devida associação com a AGB, não contemplando plenamente todas as necessidades e discussões geográficas potiguares.

Assim, a criação da seção local de Caicó, houve a retomada acerca do associativismo geográfico potiguar, anteriormente existente com as então seções locais da AGB de Mossoró, e, principalmente, da seção Local de Natal, a qual durou mais tempo e havia possibilitado, durante a sua existência, por cerca de três décadas, como Seção local, e por duas décadas, como núcleo municipal, amplas possibilidades de discussões geográficas potiguares.

Após três anos de constituição da Seção Local caicoense, a mesma contava, em julho de 2021, com 30 associados ativos, com a maioria dos mesmos sendo professores e estudantes do Seridó (Região Intermediária de Caicó), mas também com associados de Natal e Mossoró.

Desta forma, o retorno da presença de uma Seção local ao Rio Grande do Norte, reforça o princípio basilar de uma ação nacional da AGB a partir de suas atuais 27 Seções Locais (AGB JOÃO PESSOA, 2020).

Esta ação nacional é reforçada a partir das diretrizes e posicionamentos manifestados pela entidade, os quais são decididos pelo conjunto das Seções Locais, reunidas trimestralmente durante as Reuniões de Gestão Coletiva – RGC, enfatizando que as pautas nacionais da AGB passaram a ser construídas pelas seções locais, a partir das deliberações da mesma.

Portanto, a constituição da AGB, Seção Local Caicó, possibilita o fortalecimento das pesquisas e compreensões sobre a diversidade geográfica potiguar, a partir de discussões que efetivamente possam articular os anseios e necessidades dos profissionais de Geografia do Rio Grande do Norte associados e que venham a subsidiar a da Associação dos Geógrafos Brasileiros, de modo que as ações da Seção Local caicoense fomentem a troca de informações e o encaminhamento de ações entre o espaço do Rio Grande do Norte e o espaço brasileiro.

## **6. Considerações finais**

A constituição da Associação dos Geógrafos Brasileiros, possuiu, em parte considerável de sua história, um caráter acadêmico e oficialesco, tornando a mesma distante da realidade existente na própria academia e, principalmente Professores da educação básica e estudantes, insatisfeitos com os encaminhamentos oficialescos da sua ciência.

Porém, com as profundas transformações a partir do III ENG, em 1978, a AGB assume um protagonismo ainda maior para a discussão das relevantes questões dos diferentes agentes e processos da Geografia brasileira, aprofundados nos congressos, reuniões e encontros de estudantes da AGB, buscando, assim, alcançar as nuances da ciência geográfica brasileira em todas as suas dimensões e manifestações, desde a pesquisa acadêmica até o ensino nos diversos graus.

Desta maneira, a AGB reforçou o destacado e relevante papel como “escola de formação”, lugar onde gerações inteiras encontraram o espaço de diálogo e também de diferenças e disputas, que as formaram, não só enquanto comunidade, mas também enquanto profissionais e intelectuais.



A aproximação da AGB com as pesquisas e debates relativos á comunidade geográfica potiguar e brasileira, tornam a referida associação como relevante instrumento para uma participação ativa no fortalecimento da Geografia Brasileira, apoiando a construção coletiva da ciência e das lutas sociais, viabilizando, assim, numa efetiva atuação em defesa das Geógrafas e dos Geógrafos e a realização de diversas atividades de difusão da Geografia em escala local, regional e nacional, a partir das palestras, publicações, encontros.

Portanto, conclui-se que a AGB, ao reunir geógrafos de pontos diversos do País, para debaterem temas e questões e realizar, em conjunto, trabalhos de pesquisa de campo; ao divulgar e debater os métodos e técnicas, além de auxiliar na consolidação da formação dos geógrafos mais novos, possibilita, assim, um conhecimento amplo sobre o território potiguar e nacional, e os seus respectivos problemas, consolidando, assim, a importância da AGB para o efetivo desenvolvimento da Geografia brasileira.

### Referências bibliográficas

- AGB JOÃO PESSOA. Associação dos Geógrafos Brasileiros. **Pequeno Manual do Associado**, João Pessoa, 2020.
- ANDRADE, Manoel Corrêa de. **Geografia: ciência da sociedade**, São Paulo, Atlas, 1987.
- ANTUNES, Charlles de França. **A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - origens, ideias e transformações: notas de uma história**. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Campinas: Papirus Editora, 1998.
- ENTREVISTA COM PROFESSORA BEATRIZ SOARES PONTES, Geopet Notícias, Departamento de Geografia, UFRN, Natal, 9. ed, julho de 2008.
- MOREIRA, Ruy. **Geografia e Práxis**. In: Geografia e Sociedade: os novos rumos do GALVÃO, Y.R. pensamento geográfico. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 19-30.
- NETO, Manoel Fernandes de Sousa. ANTUNES, Charlles de França. **Os estudantes, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e o movimento de renovação crítica da geografia brasileira**. In: Boletim Paulista de Geografia, v.1, n.88, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/782> Acesso em 20/04/2021
- MOREIRA, Ruy. **AGB: A Origem da Gestão Coletiva**, 2010. Disponível em: <https://agbriio.webnode.com.br/news/aorigem-dagestaocoletiva/> Acesso em 22/04/2021
- SANTOS, Douglas. **AGB: Avaliações e perspectivas**. In: Boletim Paulista de Geografia, v.1, n.88, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletimpaulista/article/viewFile/780/664>. Acesso em 22/04/ 2021
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SPÓSITO, Eliseu Savério. **Breve histórico da AGB**. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 05, UNESP, Presidente Prudente, 1983 Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6240> Disponível em: Acesso em 23/04/ 2021